

Bárbaros antigos ou modernos?

Michel Silva
Graduando de História – UDESC
michelgsilva@yahoo.com.br

Resumo: Pretende-se neste artigo analisar a construção do discurso sobre os persas – chamados “bárbaros” pelos gregos – no filme *300*. Partindo da idéia de “orientalismo”, de Edward Said, procuraremos demonstrar os aspectos anacrônicos da representação que o filme faz dos bárbaros, expressando aspectos políticos contemporâneos, estranhos aos gregos antigos.

Palavras-chave: Batalha nas Termópilas; bárbaros; orientalismo; Pérsia.

Introdução

De tempos em tempos surgem nos cinemas filmes que ocupam a agenda daqueles que se dedicam à História; dentre esses filmes, um dos mais recentes é *300*, baseado nos quadrinhos de Frank Miller. Em função do seu conteúdo ideológico, é um dos filmes mais atuais que passaram pelas salas de cinema nos últimos tempos, embora pretenda narrar fatos ocorridos milênios atrás. Esse filme, que aparentemente mostra apenas uma batalha entre persas e gregos na Antigüidade, tem como tema central uma suposta guerra entre Ocidente e Oriente, “civilizados” e “bárbaros”, Oeste e Leste, “nós” e “eles”. Dessa suposta luta de razão e democracia contra misticismo e tirania, acabam surgindo mártires, lembrados como exemplo de grande bravura.

No filme *300* é narrada a batalha ocorrida no desfiladeiro das Termópilas, em agosto de 480 a.C., no contexto da segunda guerra Médica. Nessa batalha trezentos espartanos, sob o comando do rei Leônidas, e cerca de sete mil soldados de outras cidades helênicas enfrentaram tropas persas de cerca de duzentos mil homens liderados pelo “Grande Rei”, Xerxes. Embora tenham sido aniquiladas, as tropas gregas conseguiram impor grandes perdas ao exército persa, atrasando em vários dias seu avanço. Em setembro de 480 a.C. os gregos derrotaram os persas na batalha naval de Salamina e, um ano depois, em Plataia, as forças combinadas das cidades helenas derrotaram definitivamente as tropas de Xerxes.

Em excelente resenha, Delfino (2007, p 14-16) caracteriza *300* como “violento, caricatural, historicamente impreciso, que comete infidelidades em relação à obra original e que manifesta rasgos reacionários”. O autor chama a atenção para vários aspectos anacrônicos do filme, como a “defesa da justiça, da democracia e da razão”, que servem como argumento para justificar a resistência grega contra a invasão persa. Segundo Delfino, “nenhum desses conceitos nem sequer existia para os gregos, e muito menos para os espartanos, com o mesmo significado que nós lhes damos hoje”. Mesmo realizando essas análises, o autor termina corroborando o discurso ideológico central do filme ao afirmar ser um ato de resistência do rei Leônidas a recusa em se ajoelhar diante de Xerxes.

Outro comentarista, Bonalume Neto (2007, p. 48-9), que não partilha das mesmas posições progressistas do anterior, se refere aos espartanos como “heróis que morreram por uma causa nobre”. Para ele “a grande vencedora das guerras entre gregos e persas foi a civilização”, afinal “a Grécia é o berço do mundo moderno, de conceitos filosóficos importantes, da democracia”. Salienta que teria sido vazia a vitória grega “se não houvesse liberdade de expressão, democracia e respeito aos direitos humanos – os principais valores ocidentais”. Bonalume Neto reivindica simpatia pelas posições de um “sujeito conservador”, Victor Davis Hanson, para quem, caso os persas tivessem derrotado os gregos, teríamos “crônicas do estado em vez de história”, “orgulho da raça em vez de orgulho na cultura” e “uma rígida casta sacerdotal em vez de intelectuais livre-pensantes”. No mesmo sentido vai a resenha de Marques (2007, p. 69), um historiador: “graças aos 300 de Esparta, que a guerra fez como deuses, os gregos continuariam a ser homens livres”.

Embora partam de pontos de vista diferentes, quiçá opostos, essas análises desconsideram ou corroboram o contexto ideológico do qual *300* é produto. Contada hoje pelo cinema, a batalha nas Termópilas se transforma na guerra entre o Ocidente “civilizado” e o Oriente “primitivo”; quem vence essa batalha é uma abstrata noção de liberdade, estranha aos gregos. No filme, a luta dos espartanos ganha conotação de luta contra um “mal” que quer destruir a “civilização”, destacando-se grandes heróis que dedicam suas vidas a lutar contra o despotismo e a irracionalidade.

Um Oriente imaginado

Em *300* e nos comentários escritos sobre ele percebe-se um “discurso sobre o Oriente” onde este é apresentado como “irracional”, “depravado” e “infantil”, em oposição a um Ocidente “racional”, “virtuoso” e “maduro”. O Ocidente é “normal”, enquanto o Oriente é “diferente”, terra de mistérios, de povos atrasados, dominada por “árabes maus, totalitários e terroristas” (SAID, 1990. p. 38). Esse discurso “orientalista”, construído de fora, cria não apenas um Oriente, mas o próprio oriental, fazendo uma “demonstração altamente artificial daquilo que um não-oriental transformou em um símbolo de todo o Oriente” (SAID, 1990. p. 38). Há uma relação de poder na qual um Ocidente “vencedor” busca a dominação econômica e política sobre o Oriente, criando imagens e vocabulários

para expressar aquele “outro” e justificando essa dominação como um mecanismo para levar o “progresso” a esses povos.

Essa dominação se expressa também no cinema. Em sua análise sobre a década de 1970, marcada pelo impacto da resistência palestina contra o genocídio levado a cabo pelo Estado de Israel e da crise do petróleo provocada pelo boicote de países árabes, Said (1990, p. 291) afirma que no cinema e na televisão o árabe “é associado à libertinagem ou à desonestidade sedente de sangue (...) um degenerado super-sexuado (...) essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo”, cujo chefe “muitas vezes é visto rosnando para o herói e a loira ocidentais capturados”. Nesses filmes “o árabe é sempre visto em grande número. Nenhuma individualidade, nenhuma característica ou experiência pessoal. A maior parte das imagens apresenta massas enraivecidas ou miseráveis, ou gestos irracionais” (SAID, 1990, p. 291).

O filme *300* mostra Leônidas como um rei guiado pela razão, a ponto de não cumprir as ordens do Oráculo e dos sacerdotes que em Esparta faziam a ligação entre os humanos e as divindades. Para o rei espartano, as palavras de qualquer divindade não poderiam se sobrepor aos interesses do povo e à defesa da nação, e é em nome disso que decide organizar a defesa da Grécia e de Esparta. E nem sabia Leônidas que as palavras dos sacerdotes eram falsas, pois obedeciam a ordens de Xerxes em troca de dinheiro e de jovens para saciar seus desejos lascivos. Era dever dos sacerdotes convencer Leônidas a não organizar a resistência espartana à invasão persa, ou seja, convencê-lo a esperar que as tropas persas marchassem sobre as cidades com plenas condições de massacrar qualquer um que se colocasse em seu caminho. No filme, Leônidas rompe com o misticismo ao não dar ouvidos ao corpo de sacerdotes, sendo guiado pelas idéias de liberdade e democracia, que não são divinas, mas construções humanas. O filme mostra ainda que uma casta de sacerdotes isolados do conjunto da população torna-se apenas um grupo de farsantes, a ponto de se corromperem pelo dinheiro do inimigo. Com isso, *300* opõe os dogmas religiosos à defesa da “vida”, da “nação” e do “povo”.

Os persas em *300* são associados ao misticismo e à luxúria. Não são guiados pela razão, mas pela adoração cega a um rei que tenta parecer um deus, embora se dedique a enganar a todos. Trapaceiros e covardes, os persas utilizam suas misteriosas magias no campo de batalha quando as armas convencionais não conseguem derrotar o inimigo. Nesse

mundo mágico e sem regras moram seres lascivos, que vivem de sexo e luxo, se entregando a prazeres sem quaisquer compromissos. No filme, o mundo dos persas está cheio de “tentações”, onde tudo é possível, onde há mulheres, comida e bebida em abundância. Do outro lado há Leônidas, que não leva uma vida de exageros, que ama e é fiel à sua esposa. Esta, mesmo cortejada, não trai o marido; aceita o estupro para salvar o exército espartano da morte. Quem a estupra, tentando também humilhá-la e acusá-la de adultério publicamente, é um outro mercenário que recebia gordas quantias de moedas marcadas com a face de Xerxes.

O mundo dos persas descrito em *300* é povoado por criaturas fantásticas, grandes monstros e homens deformados usados como arma no campo de batalha, ligados a imagens repugnantes, feias, deformadas; nesse mundo cabe com naturalidade figuras bizarras que hoje nós associamos a lugares distantes e fantásticos. Em função deste vínculo com coisas repugnantes, um mercenário espartano, Ephialtes, negado ao exército de sua cidade pela deformidade do corpo, é recebido de braços abertos no mundo feio e de magias persa. Em oposição a essa caracterização dos persas, há os homens fortes e robustos de Esparta, lutadores que não baixam sua cabeça e conseguem erguer sua arma para proteger o irmão ao lado. Esses homens fortes e belos são educados para nunca desistir e nunca se humilhar aos pés de quem quer que seja. Já entre os persas, Xerxes diz, a Ephialtes: “Leônidas te pede que se erga. Eu peço apenas que se ajoelhe”. Xerxes é o rei que quer estar acima de todos, um déspota sanguinário que não poupa esforços, nem que seja preciso apelar à magia e à traição, para derrotar seu inimigo. Leônidas é o rei que busca animar seu exército, fazer seus homens se sentirem confiantes, e não pede que se humilhem a seus pés. É apresentado no filme como um homem exemplar, um grande herói, que mata muitas pessoas em defesa de princípios universais e positivos.

Em *300* o exército de Leônidas é formado por grandes lutadores, todos com nome e personalidade próprios, enquanto o de Xerxes é uma massa desorganizada e sem qualquer personalidade. Entre os persas não há combatentes com identidade própria; não passam de criaturas sem rosto, algumas deformadas ou mesmo fantásticas, que lutam apenas por ordem de seu rei. Contrastam com os espartanos, convictos de sua missão e cheios de vontade de defender uma causa que para eles é clara e que consideram justa. Os espartanos

são uma pequena vanguarda, cujas motivações no início poucos compreendem, mas que servem de símbolo e inspiração para as tropas de outras cidades gregas.

Sobre bárbaros, guerras e tiranos

Os persas eram chamados de *bárbaros*. Hoje utilizamos este termo quase como sinônimo de *primitivo*, fazendo referência àquilo que consideramos “sem civilização”, “selvagem, grosseiro, rude, inculto” (FERREIRA, 1995, p. 85), ou seja, a sociedades consideradas culturalmente atrasadas e com pouco desenvolvimento tecnológico. Essa compreensão contemporânea e bastante recente do termo bárbaro está presente em oposição à “civilização”. Ora, sabe-se que “a idéia de civilização foi desenvolvida pelos pensadores franceses do século XVIII, em oposição ao conceito de ‘barbarismo’. A sociedade civilizada se diferia da sociedade primitiva porque era estabelecida, urbana e alfabetizada” (HUNTINGTON, 1997, p. 45).

Mesmo em Hegel, no início do século XIX, encontramos um conceito de bárbaro diferente daquele mais contemporâneo. Para o filósofo alemão, partindo da idéia de que “a história universal representa (...) a evolução da consciência que o espírito tem de sua liberdade e também a evolução da realização que esta obtêm por meio de tal consciência” (HEGEL, 1989, p. 139), os persas faziam o trânsito entre Oriente e Ocidente. Para Hegel (1989, p. 324), “o princípio da evolução se inicia com a história da Pérsia; por isso esta história constitui o verdadeiro começo da história universal”. Hegel destaca ainda que os persas respeitavam a individualidade dos outros povos e praticavam sempre a tolerância religiosa, se limitando a cobrar impostos e exigir os serviços militares.

Embora se considerassem superiores aos demais povos, não era em função do grau de desenvolvimento tecnológico, de diferenças culturais ou de sistemas políticos que os gregos os chamavam de bárbaros. Para eles, o bárbaro era “todo aquele que não falasse o grego como língua-mãe” (FINLEY, 1988, p. 16). Para os gregos, que se reconheciam como um povo através da cultura, os bárbaros eram povos cuja língua lhes era ininteligível. O termo bárbaro seria semelhante ao que atualmente chamamos de *estrangeiro*.

Os gregos tinham clareza de suas origens ou, mais precisamente, sabiam que povos bárbaros tinham contribuído com sua formação. Segundo o historiador grego Heródoto, os

gregos “sempre falaram a mesma língua desde a sua origem” e, demonstrando a ligação destes com os bárbaros, o autor afirma que eram “pouco numerosos quando se separam dos pêlasgos” mas que “se multiplicaram a partir de um grupo inicialmente reduzido até chegar a uma multidão de povos, principalmente porque os pêlasgos e muitos outros povos bárbaros se uniram a eles” (HERODOTOS, 1985, I, 58, p. 35).

Outro historiador grego, Tucídides, apresenta considerações no mesmo sentido. Comentando a narrativa de Homero sobre a guerra de Tróia, afirma que o poeta não utiliza o termo bárbaro, pois quando ocorreu a guerra os gregos “ainda não se haviam agrupado distintamente a ponto de adquirir uma designação única em nítido contraste com aquela” (TUCÍDIDES, 1987, I, 3, p. 20). Tucídides compara os costumes e ações dos gregos antigos aos da Grécia helênica, usando os bárbaros como referência para exemplificar os antigos. Por exemplo, destaca o costume grego de portar armas, como os bárbaros. “Os atenienses, todavia, estavam entre os primeiros a desfazer-se de suas armas e, adotando um modo de vida mais ameno, mudar para uma existência mais refinada” (TUCÍDIDES, 1987, I, 6, p. 21). Tucídides chama a atenção para a prática da pirataria e para as mudanças nas vestimentas dos gregos, aspectos que assemelham os gregos antigos e os bárbaros, concluindo que “é possível demonstrar que os helenos antigos tinham muitos outros costumes semelhantes aos dos bárbaros atuais” (TUCÍDIDES, 1987, I, 6, p. 21).

Para os gregos, nas guerras Médicas se defendia a terra da invasão daquele grande império que dominava boa parte do mundo conhecido por eles. Era uma guerra de defesa do controle político sobre um território. Neste caso, a idéia de nação presente em 300, construída apenas a partir do século XIX, não corresponde à forma como os gregos compreendiam a Hélade. Na Antiguidade “nada existia de comparável a que os helenos pudessem chamar ‘o nosso país’”, sendo a Hélade, para eles, “essencialmente uma abstração, tal como a cristandade na Idade Média, ou ‘o mundo árabe’ atualmente, porque os gregos antigos nunca tiveram unidade política ou territorial” (FINLEY, 1988, p. 16). Os gregos lutavam contra os persas para evitar que o território fosse controlado por um tirano ou por um rei bárbaro. Sua cultura, seu povo, e mesmo suas concepções de democracia não estavam ameaçados; eles sabiam que a experiência de estar sob domínio persa não se baseava na opressão da cultura, mas no recolhimento de impostos (que, inclusive, era uma forma de opressão imposta por Atenas às demais cidades gregas).

O embate entre gregos e persas não era uma “cruzada contra o terror” mas uma disputa de territórios entre elites opressoras, que arrastavam grandes massas pela força ou pela convicção. Também não era uma guerra entre “democracia” e “tirania”. Primeiro, porque para os gregos o termo “tirano”, diferente de hoje, não se referia a um “governante injusto, cruel e opressor, que abusa de sua autoridade” (FERREIRA, 1995, p. 636). Sabe-se que, “originalmente, ‘tirano’ significava o fato de um homem se apoderar do poder sem ter autoridade constitucional legítima (...); não continha juízo de valor sobre as suas qualidades pessoais ou de governante” (FINLEY, 1988, p. 36). Segundo, porque as cidades gregas tinham várias formas de governo, sendo “correto afirmar que, no fim do século VI, as cidades gregas eram muito distintas umas das outras” (FUNARI, 2002, p. 28); havia pelo menos três formas de governos: tirania, democracia e aristocracia. Ora, se consideramos essa compreensão que tinham os gregos acerca dos governos, teremos que Xerxes, filho e herdeiro do “Grande Rei” Dario, não era um “tirano”, nem que uma “nação” helênica, abstrata e inexistente, conhecia apenas a democracia como forma de governo.

Mesmo uma luta dos gregos contra um misticismo persa se mostra pouco convincente, afinal os próprios gregos tinham concepções e crenças míticas e místicas das mais variadas. Também, não é possível destacar entre os persas, em função de toda a extensão e heterogeneidade étnica e cultural do império, uma preponderância mística ou coisa que o valha. Politicamente os persas dominavam os demais povos, mas, como antes apontamos, eles praticavam uma certa tolerância religiosa.

Considerações finais

Em *300*, cria-se um antagonismo entre o Bem e o Mal, ou seja, entre o Ocidente “grego” e o Oriente “bárbaro”. Mas esse antagonismo faz parte da situação política contemporânea, não da Antigüidade; os gregos não encaravam aquelas guerras como uma “cruzada contra o terror”. O filme leva para a Antigüidade um conflito dos dias atuais, construindo representações anacrônicas e aos gregos atribuindo concepções estranhas ao seu contexto.

Da mesma forma que hoje o termo “terrorista” podem designar qualquer coisa – governos islâmicos, jovens palestinos, movimentos sociais, grupos guerrilheiros etc. –,

entre os persas de *300* não existem etnias e culturas diferentes, da mesma forma que não existem antagonismos internos ou disputas. Os persas são apenas os persas, enquanto os gregos são diferentes entre si; essa é a construção de *300*.

Muitas vezes tinham os gregos uma visão fantástica dos povos bárbaros, como pode-se perceber em Heródoto ou no mundo cheio de ouro narrado na tragédia de Ésquilo sobre os persas. Mas entendiam que se tratavam de vários povos, alguns com enorme desenvolvimento tecnológico, como os egípcios e os persas, e com uma enorme diversidade cultural. E, como bem mostra Heródoto, os gregos sabiam reconhecer as diferenças entre os diversos povos bárbaros.

Portanto, *300* não é um filme que narra a resistência de homens livres contra a opressão tirânica de povos “primitivos”, mas corrobora a chamada “guerra contra o terror”. Procura demonstrar que o suposto erro de um líder, que precisa lutar contra as opiniões de pessoas que não entendem sua política, é o correto a se fazer. O mundo está ameaçado pela opressão dos bárbaros (no sentido moderno) e seus líderes tirânicos (no sentido moderno) querem esmagar a democracia, tendo como base de apoio uma massa de ignorantes e analfabetos que seguem seus messias de forma cega. Essa seria a representação que se tem hoje de iraquianos e palestinos, como se fossem herdeiros do “opressor” Xerxes.

Diante de um filme como *300* pode-se realizar as mais diferentes análises e tirar as conclusões mais controvertidas. Há, contudo, elementos importantes a problematizar, como a política de guerra do reinado de Xerxes, a “democracia” grega ou a educação militarizada de Esparta. Também é preciso ter em mente a opressão religiosa e política que certos governos impõem a alguns países de maioria islâmica, aliados ou não aos Estados Unidos. Da mesma forma que algumas cidades gregas estabeleciam alianças com povos bárbaros nas guerras internas, os sucessivos governos estadunidenses ao longo de décadas vêm apoiando regimes autoritários em países islâmicos. Tivemos e temos, com características diversas, direções políticas que lidam de acordo com conjunturas específicas e em nome de seus interesses próprios, seja nos Estados Unidos de hoje, seja na Pérsia de Xerxes. Nesse sentido, a construção anacrônica da representação apresentada em *300*, além de legitimar a hegemonia do discurso ocidental sobre o Oriente, não dá conta de demonstrar em toda sua complexidade as sociedades e os diferentes antagonismos existentes na Antigüidade.

Referências

BONALUME NETO, Ricardo. O ocidente venceu. **Grandes Guerras**, São Paulo, n. 16, março 2007.

DELFINO, Daniel. Os 300 de Esparta e as batalhas do presente. **Espaço Socialista**, São Paulo, n. 20, maio 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário básico da língua portuguesa**. São Paulo/Rio de Janeiro: Folha de São Paulo/Nova Fronteira, 1995.

FINLEY, Moses. **Os gregos antigos**. Lisboa: Edições 70, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2002.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Lecciones sobre la filosofia de la historia universal**. Madrid: Alianza, 1989.

HERODOTOS. **Historia**. Brasília: Ed. UnB, 1985.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MARQUES, Luiz. A resistência heróica dos Termópilas. **História Viva**, São Paulo, n. 43, maio 2007.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 3^a ed. Brasília: Ed. UnB, 1987.